

mais do que isso. Ele vai aprofundar o ajuste fiscal na cidade de São Paulo pela sua própria origem, pelo seu próprio DNA. Estará a serviço de todas essas reformas contra a população, com o agravante de que ele é mais realista do que o rei. Essa é a questão colocada.

Lógicamente haverá muita oposição, ele vai enfrentar uma oposição, nas ruas, dos servidores, da população, que não aceitará esse tipo de política privatista, neoliberal, de retirada de direitos sociais na cidade de São Paulo. Haverá muita resistência contra essa tentativa.

Como haverá muita resistência contra o que o Governo Temer já está anunciando. Ele disse que vai encaminhar a reforma da Previdência dentro de alguns dias ao Congresso Nacional, vai fazer um debate com os sindicatos, mas encaminhará uma reforma da Previdência contra os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil.

Ele pretende também, colocou como ponto prioritário, aprovar a PEC 241, a PEC que congela todos os investimentos sociais na área da Saúde, da Educação, da Assistência Social, da Ciência e Tecnologia, todas as áreas sociais terão seus orçamentos congelados por 20 anos. É a PEC 241, do Governo Temer.

O deputado ou senador que votar a favor é um criminoso. Estará votando contra a população, contra várias gerações, não só contra nós, hoje, mas contra toda uma juventude que precisa de escolas públicas de qualidade, de escolas técnicas, que precisam de universidades públicas de qualidade e que estarão prejudicados por conta da PEC 241.

Já quero alertar a população para que fiscalize. Você que nos acompanha pela TV Alesp, fiscalize o deputado federal em Brasília, o senador, porque se ele votar a favor da PEC 241 ele estará lhe traindo. Traindo o seu voto, traindo o apoio que você tem dado a ele, porque a PEC 241 é a PEC da morte, do fim do mundo.

Já estamos mobilizados. Nossa bancada do PSOL está mobilizadíssima contra a aprovação da PEC 241, mas ela só será aprovada se os deputados de outros partidos votarem nela. Ou seja, é preciso que a população pressione os deputados e senadores.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao
GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, peça a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sra. Presidente, gostaria de pedir o apoio de todos os deputados e deputadas, de toda a Assembleia Legislativa para que possamos aprovar nosso Projeto de lei Complementar, o PLC nº 24, de 2015, que já foi aprovado em todas as comissões permanentes e já está pronto para ser votado.

Não podemos mais esperar, ele é o Projeto de lei dos professores categoria "O", o projeto que acaba definitivamente com a duzentena, com a quarentena, com aquele intervalo na contratação dos professores, que praticamente expulsa o professor da escola, da rede estadual.

Peço apoio ao Projeto de lei que trata dos professores contratados pela Lei 1093, que é uma lei que precarizou e prejudicou muito os professores da rede estadual ao criar essa famigerada designação de professor categoria "O", intensificando ainda mais essa confusão de letras e de categorias, dividindo ainda mais o magistério paulista e, sobretudo, precarizando o trabalho dos nossos professores.

Esse Projeto de lei Complementar, o PLC nº 24, trata desses dois pontos: primeiramente acaba de forma definitiva com a duzentena, porque ela continua existindo. Houve um pequeno avanço em uma lei que aprovamos recentemente nesta Casa, estendendo o tempo de contratação de um ano para três anos e onze meses, mas isso ainda continua inviabilizando a existência da duzentena, que prejudica as nossas professoras e os nossos professores da Rede Estadual de Ensino.

Além disso, temos também a Lei nº 1093, que proíbe que o professor contratado nesse regime de precarização possa utilizar o Hospital do Servidor Público Estadual. Isso é um verdadeiro absurdo, por isso é muito importante que o PLC nº 24, de 2105, seja aprovado. Essa é a primeira reivindicação que gostaria de fazer, já que agora estamos voltando aos nossos trabalhos legislativos com força total.

Também gostaria de pedir o apoio de todos os parlamentares para que possamos aprovar em regime de extrema urgência o PLC nº 1, que trata do direito dos professores readaptados de terem acesso à aposentadoria especial. Os professores readaptados da Rede Estadual de Ensino não têm direito à aposentadoria especial, que é garantida pela Constituição Federal. Além de terem adoecido em serviço, de já terem sido prejudicados, ainda são privados de um direito que todos os professores têm.

Os professores readaptados pertencem à carreira do Magistério, continuam sendo professores, continuam trabalhando nas escolas, nas atividades relacionadas ao processo educacional. Estão nas secretarias, estão auxiliando a coordenação pedagógica, estão nas salas de leitura, quando elas existem.

A Rede Estadual de Ensino está sucateada, faltam salas de leitura, bibliotecas, salas de informática, falta tudo, é uma rede totalmente abandonada, mas os professores readaptados estão lá. Eles passaram por uma pericia médica e têm um laudo de readaptação, com algumas funções que eles podem exercer e outras que eles não podem, mas continuam trabalhando, continuam sendo profissionais da Educação, sobretudo professores. No entanto, o estado de São Paulo, por meio de uma interpretação totalmente equivocada, não permite que esses professores tenham direito a essa aposentadoria.

Temos um projeto tramitando nesta Casa, o PLC nº 1, de 2013, que já foi aprovado em todas as comissões e está pronto para ser votado. Portanto, queremos aprovar estes dois projetos: o PLC nº 24, de 2015, que garante para o professor Categoria "O" a utilização do Hospital do Servidor Público e acaba definitivamente com a duzentena; e o PLC nº 1, que garante a aposentadoria especial para todos os professores readaptados da Rede Estadual de Ensino.

Participarei agora do Colégio de Líderes e pedirei a aprovação da urgência desses dois projetos, mas deixo aqui nosso apelo aos deputados e às deputadas da Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, peça a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSC.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo pelo Art. 82, pela liderança do PSC.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - PELO ART. 82 - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, público que nos assiste, hoje é um dia de comemoração para uns e de tristeza para outros. Acho que temos mais é que comemorar mesmo esse processo democrático que aconteceu anteontem, as eleições.

Quero cumprimentar a presidente, deputada Analice Fernandes, e parabenizá-la por seu esposo, que venceu no primeiro turno a eleição da cidade de Taboão da Serra. Quero cumprimentar também o deputado Wilson Gasparini e parabenizá-lo por seu filho. Hoje conversei com o Duarte Nogueira, deputado federal que vai para o segundo turno, e quero cumprimentar também o deputado Orlando Bolçone, com quase 70 mil votos.

Pela cidade de São Paulo, quero cumprimentar o governador Geraldo Alckmin pela grande vitória de João Doria no primeiro turno, inédito na Capital, e o vice-prefeito Bruno Covas,

colega nesta Casa e atualmente deputado federal. O nosso partido, PSC, elegeu Gilberto Nascimento Junior, a quem cumprimento, e também ao meu amigo, vereador Camilo Cristóforo.

Quero cumprimentar rapidamente, pela minha região, os novos prefeitos e vereadores.

Pela cidade de Araçariçuama, prefeita Lily Aymar; vereador do nosso grupo, Costa do Gás, pela sua reeleição.

Pela cidade de Alumínio, novo prefeito eleito, Bimbão, e vereador Beto pelo PSC.

Ao nosso amigo Igor Soares, deputado estadual desta Casa, eleito na minha cidade vizinha de Itapevi, e, em nome de Chaminho, vereador reeleito, cumprimentar a todos os novos vereadores de Itapevi.

Com muito carinho, o prefeito eleito de Mairinque, Toninho Gemente; com muito carinho, Tullio Camargo, nosso primo eleito, vereador mais votado da cidade; Alexandre Peixinho que nos visita hoje na Assembleia Legislativa, presidente da Câmara, reeleito. Parabéns. Cumprimento Bruno Tam que acompanha Alessandro, presidente do PP, e Saul, presidente do PEN. Saúdo também meu grande amigo, Paulo Marrom - quase ninguém acreditava que seria eleito vereador.

Pela cidade de São Roque, o prefeito Claudio Góes; o meu amigo Etelvino; o presidente do PSC, Alfredo Estrada; Guto Issa; Flavio Brito; Alacir Raysel; Rafael Marreiro. São grandes amigos, responsáveis por estarmos aqui como deputado estadual.

Pela cidade de Vargem Grande Paulista, o novo prefeito Josué Ramos; vereadores reeleitos, Lucimar do Luia, Marcelo Lenha - presidente do PSC, Juninho Veiga, Ney, Marcelinho do Conselho, Djalma, Mauro da Oficina; os novos vereadores Ferrugem da Pizzaria e Tom do Conselho.

Pela cidade de Santana do Parnaíba, cumprimento com muito carinho o prefeito reeleito com quase 70% dos votos, Elvis Cezar; vereadores Pastor Ebenéz do nosso partido e presidente do PSC, Alemão da Banca - o mais votado, e Nilso Cadeirante, reeleito.

Pela cidade de Cotia, com muito carinho, os meus amigos de Cotia, onde teve uma eleição muito acirrada: de 150 mil eleitores, ganhamos a eleição por cerca de 1.400 votos. Cumprimento o novo prefeito, Rogério Franco, reeleito com quase 40 mil votos; vereadores reeleitos Fernando João, Luis Gustavo Napolitano, Dr. Castor Andrade; os novos vereadores Celso Itiki, Edson Silva, Professor Osmar. Cumprimento com carinho Sandrinho, Marcinho Prates, Pedinha, Tim, Eduardo Nascimento e Paulinho Lenha. Cumprimento também com muito carinho o prefeito Carlião Camargo que, numa crise como essa, ajudou a reeleger o irmão que vos fala, deputado estadual, e ajudou muito o próximo prefeito, Rogério Franco. Parabéns a esse grande líder da região oeste do estado de São Paulo, o atual prefeito de Cotia, Carlião Camargo.

Muito obrigado a todos. Participar do processo eleitoral é muito importante para todos nós. O deputado Gasparini acabou de dizer que não é possível colocar todos os políticos num caldeirão só. Existem profissões e pessoas boas em todas as profissões, inclusive pessoas más. Existem professores bons, professores não tão bons, médicos bons e médicos não tão bons. E políticos bons e políticos não tão bons. Mas sou muito a favor da renovação, de gente nova. Vamos às escolas e às faculdades chamar os jovens para participar da política. Não basta apenas vir aqui criticar, tem de participar bastante.

Parabéns à população pelo processo democrático que realizamos no nosso país, no nosso Estado, mas principalmente nas nossas cidades, elegendo os vereadores, os novos prefeitos, colocando meu gabinete aqui na Assembleia Legislativa à disposição dos novos prefeitos e dos novos vereadores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, acho importante fazermos um registro nesta Assembleia, hoje, pelo Dia de São Francisco de Assis, conhecido como o santo que protege os pobres, como patrono da ecologia, como protetor dos animais. Assim ele inspira muitas instituições, muitas vidas.

Em nossa cidade temos duas instituições que se inspiram nos ideais franciscanos. Uma é a Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus, com sede em Jaci, no interior de São Paulo, com dezenas de obras espalhadas pelo Brasil e no exterior, inclusive protegendo as pessoas vítimas da catástrofe ocorrida no Haiti. E também atua na proteção de pessoas com dependência química.

A segunda é uma entidade espírita, o Instituto Educacional São Francisco de Assis, em São José do Rio Preto, uma instituição sem fins lucrativos, que atua na capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social.

Meus cumprimentos ao frei Francisco, de Jaci. Meus cumprimentos ao Dr. Aginaldo Vasconcelos, do Instituto Espírita Francisco de Assis, de São José do Rio Preto.

Concluo minha fala, dizendo uma frase simples atribuída a Francisco de Assis: "Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível." Que São Francisco nos inspire neste momento tão difícil do nosso querido Brasil.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Welson Gasparini e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 15 horas e 48 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 30 minutos, sob a Presidência da Sra. Maria Lúcia Amary.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à
ORDEM DO DIA

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento assinado pelo nobre deputado Coronel Telhada, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 da XIV Consolidação do Regimento Interno, solicitando a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar de visita ao Cindaacta 1 (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo), a realizar-se nos dias 6 e 7 de outubro de 2016, na cidade de Brasília.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

Item 1 - Projeto de lei nº 192, de 2016, de autoria do Sr. Governador, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

O SR. IGOR SOARES - PTN - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de ama-

nhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje. Lembra, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 32 minutos.

04 DE OUTUBRO DE 2016 040ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ
Secretários: WELLINGTON MOURA e RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

RESUMO
ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 192/16.

2 - WELLINGTON MOURA

Discute o PL 192/16.

3 - WELLINGTON MOURA

Requer verificação de presença.

4 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.

5 - MARCIA LIA

Discute o PL 192/16.

6 - RAFAEL SILVA

Discute o PL 192/16.

7 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovada a consulta às lideranças, para que fosse dado conhecimento da íntegra e votada a emenda aglutinativa ao PL 192/16, sendo dispensada a sua leitura.

8 - MARCIA LIA

Solicita a publicação da emenda aglutinativa ao PL 192/16.

9 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Determina a publicação no "Diário Oficial" da emenda aglutinativa ao PL 192/16, ficando adiada a votação. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à
ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei nº 192, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH. Com 7 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura, pelo tempo remanescente de nove minutos e quatro segundos.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Wellington Moura e Ramalho da Construção para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Ramalho da Construção e Wellington Moura.

Continua com a palavra o nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente na Assembleia Legislativa e funcionários, volto a esta tribuna para falar sobre o Orçamento Impositivo, que interessa a todos os deputados desta Casa. Eu não acredito que interesse somente aos deputados que são oposição ao Governo, mas aos que são base do Governo, como nós, deputados do PRB.

Infelizmente, nós temos visto nesta Casa uma ditadura, porque hoje nós estávamos no Colégio de Líderes e vamos dizer que 95%, 100% da base aliada do Governo, como também a oposição, queriam que o Orçamento Impositivo fosse colocado em pauta pelo presidente desta Casa, presidente Fernando Capez. Infelizmente, vemos que a ditadura tem prevalecido, porque não vemos o Orçamento Impositivo ser colocado com pauta agora, vemos somente projetos do Governo serem colocados.

As vezes as pessoas falam: "Vossas Excelências que são base do Governo querem que projetos do Governo não sejam votados". Queremos, como esse projeto dos recursos hídricos. "Mas V. Exa. está votando contra o projeto". Não, eu não sou contra o projeto dos recursos hídricos. Aliás, esse projeto é muito significante, muito importante para o nosso estado de São Paulo, é um projeto que vai favorecer todo o Estado para que água não venha a faltar em 2017.

Porém, nós, deputados desta Casa, sabemos como é importante o Orçamento Impositivo para todos nós, para os vereadores, que são base, que nos ajudam, para os prefeitos. Nós passamos agora por uma campanha em todos os municípios, 645 municípios que nós ajudamos agora no estado de São Paulo. Não foi fácil, nós passamos por dificuldades. Os municípios que passam por dificuldades pedem para nós emendas, pedem para nós ajuda, pedem para nós recursos.

Infelizmente, sabe o que nós temos passado? Temos falado para eles: "Nós vamos mandar emendas, mas, infelizmente, as emendas não chegam". Infelizmente, nós temos que falar: "olha, nós vamos mandar emendas, mas, infelizmente, as nossas emendas não são pagas. Infelizmente, nossas emendas não são pagas.

Eu fico pensando, o que nós temos feito aqui na Assembleia Legislativa? Nós temos aprovado o "Dia do Futebol Americano", como eu aprovei, o "dia daquilo", colocamos o nome em uma ponte. Ficamos aprovando essas coisas, ou então projetos do governo.

Porém, infelizmente, nós não podemos aprovar um Orçamento Impositivo que vai ajudar a todos nós deputados. Nobre deputado Ed Thomas, V. Exa. que tem lá Presidente Prudente, V. Exa. que tem lá tantas cidades que V. Exa. deseja tanto ajudar, e tantas emendas com as quais V. Exa. quer ajudar.

São emendas de 50, 100, 200 mil para enviar para uma cidade e que ajudam muito o prefeito. O prefeito pede às vezes: "deputado, ajuda aqui com 100 mil, V. Exa. não sabe como 100 mil vão ajudar", e nós não sabemos mais que falar para aquele prefeito. As vezes nós vemos o prefeito e não sabemos mais o que dizer.

Essa é a verdade. Não sabemos nem mais o que falar para aqueles prefeitos. Isso me deixa envergonhado, e me traz a esta tribuna. É isso que me traz a esta tribuna para falar aqui hoje. Esta tribuna irá me deixar voltar várias vezes, enquanto não aprovamos o Orçamento Impositivo.

É por isso que nós, deputados, vamos brigar nesta Casa. Nós vamos realmente lutar. Infelizmente, porque o nosso governador tem feito um trabalho brilhante em nosso estado de São Paulo. Eu não posso tirar os méritos de nosso governo.

Nosso governo tem feito um trabalho brilhante no nosso estado de São Paulo. Porém, nós queremos que esta Casa seja respeitada. Esta Casa deve ser respeitada. Eu peço, nobre deputado Fernando Capez, que V. Exa. neste momento seja sensibilizado. Não por um ou dois deputados, mas pelos 94 deputados desta Casa.

Dessa maneira, V. Exa. pode fazer com que o Orçamento Impositivo, essa PEC, seja pautada. Estamos pedindo a aprovação dessas 12 horas. Então, V. Exa. tem que permitir que essa PEC venha a passar neste momento, para que venha ajudar a nós, deputados.

Nós somos deputados da base do governo. Eu não sou um deputado da oposição, eu não sou um deputado que é contra o governo, mas, às vezes, nós nos sentimos assim, envergonhados diante da situação.

É assim que nos encontramos. É 0,3% do orçamento. Não é 1% do orçamento. Ai muitos dizem: "Mas o orçamento caiu, o orçamento vem caindo. Se o orçamento vai cair, a emenda também vai cair". Isso é relativo. Se, conforme o passar dos anos, for cair, o orçamento também vai cair, a emenda também vai cair.

Nós, deputados, estamos brigando por aquilo que é nosso, por aquilo que temos direito. Ano passado nós não recebemos nada. Eu não recebi nada. Neste ano, até agora, nós também não recebemos nada, e isso se torna vergonhoso para nós, deputados desta Casa.

Quando nós queremos passar um projeto nesta Casa, temos que ficar assim. Nós não queremos ficar brigando ou barganhando nesta Casa um projeto de lei através de um orçamento positivo, como se encontra hoje.

Queremos hoje brigar por nossos direitos. Eu acredito que não só os deputados do PRB, do PT, do PSD, como também os deputados do PSDB, quem isso. Os deputados do PSDB, lá na Câmara Federal, aprovaram o Orçamento Impositivo.

Agora, onde estão os deputados do PSDB aqui para aprovar o Orçamento Impositivo? É isso que eu quero saber. Porque lá na Câmara Federal os deputados do PSDB lutaram bravamente para aprovar o Orçamento Impositivo. Nós não vemos isso aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

É isso que queremos ver agora. Queremos que os deputados do PSDB venham lutar bravemente para que o Orçamento Impositivo passe na Assembleia Legislativa, porque há prefeitos nos pedindo. Eles pedem 100 mil, pedem para ajudarmos na Educação e na Saúde. A Saúde - não apenas no estado de São Paulo - precisa mudar, precisa de ajuda. Queremos melhorar a Saúde em São Paulo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Ausente.) Para discutir contra, tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é um prazer enorme estar novamente nesta Casa, debatendo um projeto tão importante como o do Plano Estadual de Recursos Hídricos, já que o último é de 1994. Na verdade, ele foi aprovado por uma lei de 27 de dezembro de 1994.

Algumas considerações precisamos ser estabelecidas para que possamos efetivamente avançar na aprovação deste projeto de lei. O primeiro ponto que eu gostaria de considerar é que houve a tentativa de negociação para reduzir o percentual para que as pessoas jurídicas pudessem acessar os recursos que até então, com a vigência da lei de 94, não eram permitidos para empresas com fins lucrativos.

Isso se justificava por serem recursos escassos. Esses recursos para o financiamento das questões hídricas eram colocados à disposição por conta de fundo perdido ou então subsidiados com juros extremamente baixos. O que o projeto de lei traz neste momento é a possibilidade das empresas, tanto públicas quanto privadas, acessarem esses recursos que só eram destinados ao Fehidro.

Há uma tentativa de que o Art. 37, III, letra 'c' seja suprimido desse debate para a aprovação do PL 192, de 2016. Houve uma negociação no sentido de que as pessoas jurídicas de direito privado possam acessar tão somente 30% dos recursos para projetos de redução de consumo de água. Há uma emenda colocada para modificar essa situação.

Também há outra questão que devemos considerar neste momento, ou seja, a retirada da prerrogativa dos deputados, desta Casa de Leis, para deliberar e aprovar ou não o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Esta Casa de Leis não compreender a importância que tem o Plano Estadual de Recursos Hídricos ser submetido à deliberação dos senhores deputados é abrir mão de prerrogativas que são nossas e eu gostaria sinceramente que os deputados atentassem para esta questão. Nós não podemos concordar com que o Plano Estadual de Recursos Hídricos, este ou outros que virão, porque o projeto de lei propõe a mudança, seja decidido por um "petit comité" que não esta Casa Legislativa.

Se considerarmos que fomos eleitos de forma democrática pela população paulista para representá-la, temos de entender a importância de o senhor governador do estado de São Paulo encaminhar o Plano Estadual de Recursos Hídricos para que esta Casa possa aprová-lo.

A Emenda nº 7 propõe a supressão dos incisos I, II e III do Art. 25 para que tenhamos a possibilidade de a Assembleia Legislativa continuar com a prerrogativa de apreciar o projeto. Nesse sentido, aliás, tentou-se fazer uma versão negociada, qual seja, que o Plano Estadual de Recursos Hídricos venha para a Assembleia até o final do primeiro ano do mandato do governador do Estado. A Assembleia deliberaria sobre o projeto de lei antes da aprovação da LDO. Decorrido esse prazo do § 1º, que é antes da aprovação da LDO, teríamos aí a deliberação do Conselho de Recursos Hídricos e não da Assembleia.

Há outra questão: a não adequação à legislação federal que observa a paridade da sociedade civil em relação ao Poder Público na questão do Comitê de Bacia Hidrográfica. Esta questão merece destaque porque o projeto não contempla as propostas no sentido de avançarmos para a democratização do sistema estadual de recursos hídricos e na criação de mecanismos que facilitem o envolvimento e a participação social.

Nesse sentido, nós nos valemos de um questionamento que já foi formulado pelo Ministério Público Estadual através do Gaema - Núcleo Cabeceiras - sobre os motivos pelos quais a legislação estadual não avançou da forma como previsto na legislação federal.

Há um inquérito civil, o de nº 14.090.000004/2016-2, representado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, no sentido de que não se transforme a necessária participação social em exclusão dessa tão importante participação da sociedade civil e do usuário final na questão da água. Importante ressaltar inclusive que a lei federal diz o seguinte: "O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e dos municípios. A metade do total dos membros. Ocorre que, hoje, a representação da sociedade civil no comitê de bacia hidrográfica do Alto Tietê, que é objeto desse inquérito civil público, se resume a um terço dos representantes, exatamente como nos demais comitês de bacia do estado de São Paulo.

No referido inquérito civil, fica evidente que a legislação federal de recursos hídricos já avançou nessa perspectiva e que o estado de São Paulo quer tirar a participação da sociedade